

# NOTAS SOBRE A OCUPAÇÃO DE RORAIMA, MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Isolda Maciel da Silveira<sup>1</sup>  
Marcelo Gatti<sup>1</sup>

*RESUMO* – Dados preliminares sobre a ocupação do Território Federal de Roraima, que caracterizam uma recente frente de expansão da sociedade nacional, para futura análise do campesinato a partir do processo de mobilidade social e espacial do grupo doméstico e da questão geopolítica em Roraima. Discute-se a ocupação histórica do vale do Rio Branco, a organização do Território, as primeiras tentativas de colonização dirigida e a ocupação recente a partir das políticas de integração nacional, o impacto da expansão da malha viária sobre os grupos étnicos, as políticas recentes de colonização, o processo migratório e aspectos do povoamento da Perimetral Norte. Considera-se este processo como fronteira em movimento, tendo a função de aliviar pressões em outras áreas de colonização decorrentes da expansão do capitalismo no espaço amazônico e de incorporar nova fronteira de recursos.

Palavras-chave: Migração, Colonização, Ocupação de Roraima, Campesinato.

*ABSTRACT* – Preliminary data about the occupation of the Federal Territory of Roraima, which characterize a recent expansion front of the national society, for future analysis of the peasantry starting from the process of social and spatial mobility of domestic group and the geopolitical question in Roraima. The historical occupation of the valley of the Rio Branco, the organization of the Territory, the first attempts at directed colonization and the recent occupation based on policies of national integration, the impact of the expansion of the highway mesh on ethnic groups, the recent policies of colonization, the migratory process and aspects of the settlement of the Perimetral Norte highway are discussed. This process is considered as a moving frontier, having as its function the alleviation of pressures on other areas of colonization that result from the expan-

<sup>1</sup> MCT/CNPq Museu Paraense Emilio Goeldi

*sion of capitalism in the Amazonian space and the incorporation of a new frontier of resources.*

Key words: Migration; Human occupation of Roraima, Brazil; Colonization; Peasantry.

## **INTRODUÇÃO**

Com a finalidade de se obter um maior conhecimento sobre os processos sócio-espaciais em curso na fronteira amazônica e discutir a questão controvertida do campesinato, escolheu-se o Território Federal de Roraima, localizado na Amazônia setentrional, fazendo fronteira com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana, para onde vem se dirigindo uma frente de expansão da sociedade nacional.

A questão camponesa assume particular importância no caso da Amazônia, dada a crescente mobilidade sócio-espacial do campesinato e o fracasso das tentativas oficiais de fixação do homem ao solo.

Nas últimas décadas, os critérios adotados para se analisar o campesinato têm sido bastante diversificados. Assim é que vemos o campesinato ser abordado, sobretudo como uma classe, um modo de produção, como uma cultura ou como objeto de políticas do Estado Moderno.

A forma de articulação do campesinato com a sociedade capitalista, em termos de espaço e tempo, é que tem conduzido as abordagens a estes diferentes níveis. Em alguns países periféricos e em particular no caso da Amazônia os estudos têm evidenciado o caráter subordinado da produção camponesa (VELHO 1979). Assim, o campesinato constituiria um modo de produção subordinado dados os mecanismos de sua reprodução em contato com o capitalismo. Outras análises evidenciam que, devido ao próprio processo de expansão do capitalismo no campo, o campesinato estaria propenso a desaparecer, demonstrando sua diferenciação social neste contexto e a sua dissolução enquanto classe. Tal visão o concebe como um grupo social não essencial ao modo de produção capitalista (BECKER 1984).

Os objetivos básicos que nortearão as pesquisas sobre a produção do espaço em Roraima são:

- examinar o campesinato a partir da mobilidade espacial e social do grupo doméstico, visto como unidade básica de produção e consumo dentro da formação econômico-social;
- discutir o significado geopolítico da fronteira através de análise das multidimensionais relações de poder que se travam entre povos indígenas, o campesinato, frações de classes regionais, a Igreja e o Estado na luta pela apropriação do espaço.

Tais proposições serão desenvolvidas em trabalhos futuros que englobam o projeto Ocupação de Roraima como um todo. Cabe a estas notas preliminares, caracterizar esta frente de expansão e tecer breves considerações sobre o assunto.

## ALGUNS ASPECTOS DA OCUPAÇÃO HISTÓRICA

Dois períodos são bastante nítidos na ocupação de Roraima: a penetração no vale do Rio Branco e a formação do Território Federal em 1943.

### – O vale do Rio Branco

As primeiras notícias que se têm do Rio Branco são do século XVII, por ocasião da viagem de Pedro Teixeira em 1639, com a tomada de posse do Amazonas pelos portugueses, quando foi fundada a capitania de São José do Rio Negro. Dispersos pelo vale do Rio Branco, encontravam-se vários povos indígenas.

A penetração pelas “tropas de resgate”; a invasão por parte de holandeses, ingleses e espanhóis; a implantação de missões e prelações deram início a um processo irreversível de contato interétnico que promoveu não apenas o deslocamento de alguns desses grupos para outras áreas, como também o aliciamento, a “dizimação” e finalmente a “domesticação”.

No final do século XVIII, foram introduzidos os primeiros rebanhos bovinos nos campos gerais do vale do Rio Branco por Manoel Sá Gama Lobo D’Almada, com a fundação das Fazendas Nacionais: São Marcos, São Bento e São José, “cujo objetivo explícito era assegurar os domínios territoriais e as fronteiras avançadas da então colônia portuguesa” (ALMEIDA & MOURÃO 1976). As fazendas tinham a função de abastecimento das regiões do rio Negro e do rio Amazonas. A fazenda de São Bento e parte da São José foram invadidas por posseiros no decorrer do século XIX e usurpadas por seus antigos administradores e arrendatários que “tornaram-se ricos fazendeiros à custa das fazendas nacionais” (ORIQUE 1906).

Da ocupação humana do Baixo Rio Branco, no período anterior a 1920, sabe-se apenas da existência de 1.050 habitantes aproximadamente de acordo com os dados e estatísticas de Jacques Orique. Vale ressaltar que mesmo estando incluída neste período a fase áurea da borracha, que carreou para a Amazônia grandes levas de nordestinos, no Baixo Rio Branco não se registrou uma ocupação efetiva devido ao látex extraído da seringueira nativa (*Hevea benthamiana*) ser de qualidade inferior e menos produtivo, como também é o caso da balata e da sorva. Outro fator importante foi a pequena concentração das árvores que dificultava o trabalho de coleta do látex, diminuindo conseqüentemente o volume da produção. Vale lembrar, que o difícil escoamento da borracha pelos rios do Território, muito contribuiu para tal fato.

De acordo com os dados do censo demográfico de 1920, temos para o município de Boa Vista a população absoluta de 7.424 habitantes. Em 1940 (época que antecede a formação do Território em 1943), esse número se eleva para 10.541. Esses dados vêm corroborar o que foi dito anteriormente com referência à ocupação do Rio Branco, pois só a partir da criação do Território Federal foi que houve um aumento populacional significativo – os censos de 50 a 60 apresentam uma população de 18.116 e 28.871 habitantes respectivamente.

Mesmo sendo pequeno o contingente populacional anterior a 1943, a pecuária na região era representativa em termos nacionais, com um rebanho de mais de 300.000 cabeças (1920), pois sendo extensiva não demandava grande número de braços<sup>1</sup>.

Foi observado, de acordo com os dados dos censos, que no período de 1920 a 1950 (IBGE) houve uma redução do número de estabelecimentos agropecuários, ao passo que a população aumentou em 80% aproximadamente a partir da criação do Território. Atribuimos este aumento ao declínio da borracha e à instalação administrativa do Território.

A atividade extrativa trouxe para a Amazônia, na época do apogeu da borracha (1910 a 1913), grande contingente migratório, sobretudo de nordestinos. Contudo seu declínio acarretou o desemprego em larga escala, não apenas desses migrantes como também das populações regionais, que migraram para outras áreas urbanas ou partiram em busca de uma nova atividade econômica. O Rio Branco foi uma das áreas de atração dessas populações, devido a suas reservas de diamante e ouro, cuja produção em 1943 atingiu 59,5% da produção econômica do Território, vindo em segundo plano a pecuária com 26,8% dessa produção (CAVALCANTE 1945).

#### *- A Organização do Território*

O Território Federal do Rio Branco foi criado pelo Decreto-Lei nº 5812 de 13/09/1943, com uma área de 240.104 km<sup>2</sup>, entre as latitudes de 1°20' Sul e 5°20' Norte e entre as longitudes de 59°30' e 64°48' a Oeste de Greenwich, fazendo limites com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. Esta área foi então desmembrada do Estado do Amazonas.

Os dados de que dispomos sobre as características do Território por ocasião de sua formação nos são fornecidos por Araújo Cavalcante (1945), que participou da expedição do primeiro Governador ao Território, onde foi observada uma baixa densidade demográfica, e que a população se localizava em pequenos aglomerados às margens dos rios e igarapês, e a maior parte desta, no núcleo urbano de Boa Vista. A distribuição da população do Território, segundo Cavalcante, "ao sabor das leis da oferta e da procura se fez empiricamente, sob o influxo de ciclos econômicos de indústrias extrativas, e sem oferecer as necessárias condições de radicação ao meio".

O Território como um todo é frequentemente dividido em três sub-regiões: o Baixo Rio Branco, o Alto Rio Branco e a região montanhosa.

A área do Baixo Rio Branco é caracterizada por terrenos geologicamente recente e de topografia monótona, com densa cobertura florestal do tipo hiléia.

---

<sup>1</sup> Uma das formas tradicionalmente utilizadas para remuneração da força de trabalho na pecuária é o sistema da "sorte", que é a quarta parte das reses distribuída anualmente por ocasião da "ferra". Após esse tipo de partilha, o vaqueiro costuma contratar terceiros para cuidarem do rebanho em formação, enquanto ele permanece trabalhando para o fazendeiro e sua família cuidando do pequeno roçado para subsistência.

As populações que se fixaram nessa área viviam basicamente do extrativismo da seringa, balata, sorva, castanha e da “mariscagem”, pesca artesanal que, por ser abundante em determinada época do ano, produzia um excedente que era comercializado com os regatões<sup>2</sup>. Além desta produção havia um intenso comércio de peles “...que representou uma das atividades principais de Caracarái, decaindo posteriormente após sua proibição no fim dos anos 60...” (ALMEIDA & MOURÃO 1976). Em 1945 já existia nesta área o núcleo urbano de Caracarái (400 hab.) e adensamentos populacionais às margens do rio Xeruíni (150 hab.), na foz do rio Catrimani (150 hab.), em Santa Maria do Boiaçu (100 hab.), São José do Anauá (200 hab.), além de Vista Alegre que fica a 10 km de Caracarái. Cerca de 10% da população do Território estavam localizados no Baixo Rio Branco.

No Alto Rio Branco, encontramos uma vegetação de campos dos tipos: savana, estepe e campinas (lavrado). Grande parte da população desta área estava em 1945 concentrada no núcleo urbano de Boa Vista, capital do Território (2.000 hab.) e o restante dispersa nas localidades de Murupu, Passarão, Aparecida e nas sedes das Fazendas, constituindo-se em 80% da população total do Território. Nestes núcleos desenvolvia-se uma pequena agricultura de subsistência, predominando, entretanto, a pecuária, onde, segundo o censo de 1940, existiam 150 estabelecimentos voltados para esta atividade, dos quais 148 em grande escala, formando um rebanho de 120.427 cabeças de gado aproximadamente. A redução do número de cabeças, segundo fontes oficiais, deve-se a um grande surto de raiva que teria abatido o rebanho neste período. Contudo, tem-se informação de que grande parte do mesmo foi contrabandeado para os países limítrofes.

Quanto ao contato interétnico, há registros de conflitos entre populações indígenas e as frentes econômicas pastoril e extrativista de minérios. Com a frente pastoril, dado o sistema extensivo da pecuária onde “... o gado é mais importante que a terra; os limites territoriais das fazendas não se definem por extensões previamente demarcadas mas sim pela própria mobilidade do gado que tende a concentrar-se nas áreas mais providas de pasto, água e sombra” (ALMEIDA & MOURÃO 1976). Sabe-se que índios das tribos Macuxi, Wapixana e Maku foram e ainda são empregados como força de trabalho (diaristas) nessas frentes.

A área montanhosa ocupa uma estreita faixa no extremo norte do Território, formando o sistema Parima, com cerca de 80.000 km<sup>2</sup>.

A população localizada nessa área é constituída por pessoas atraídas pela extração das jazidas de ouro e diamantes, e está localizada nos garimpos existentes na serra do Tepequém, nos rios alto Surumu, Maú e Cotingo. Quanto à procedência dessa população, sabe-se que “vem dos estados de Mato Grosso,

---

<sup>2</sup> Regatão – Comércio realizado em pequenas embarcações, por indivíduos que visavam o máximo de lucro, regateando o preço da mercadoria comprada, procurando desvalorizá-la, ao mesmo tempo em que enaltecia a excelência de seus produtos (Oliveira, 1983).

norte de Goiás, do Ceará, etc.” (GUERRA 1957), que migrou para a região, sobretudo no período áureo da extração que vai de 1941 a 1943.

Um dos fatores que dificultaram a ocupação do Território foi a inexistência de outra via de transporte que não a fluvial, que por sua vez sofria limitações durante a vazante que ocorre no “verão”, nos meses de outubro a abril. O rio Branco é francamente navegável até Caracarái no “inverno” (maio a setembro), enquanto que no “verão”, a navegação só é acessível a pequenas embarcações. Há de se salientar que no trecho compreendido entre Caracarái e Boa Vista, mesmo no “inverno” (período chuvoso), é difícil navegar-se devido à presença de cachoeiras (Bem Querer e Cojubin) e corredeiras, agravando-se no “verão” com o surgimento de bancos de areia.

As estradas existentes neste período foram construídas ligando as sedes de fazendas a Boa Vista e eram utilizadas no “verão”, quando os igarapés estavam secos. No “inverno”, as fazendas ficavam ilhadas. Dada a dificuldade de abastecimento da capital e de escoamento da produção, em função do regime fluvial, foi construída uma estrada no trecho Boa Vista–Caracarái, que só foi terminada em 1948/49.

As dificuldades existentes vieram incidir sobre o custo de vida, que à época era possivelmente um dos mais altos do País, e incentivar o Governo do Território a implantar algumas colônias agrícolas próximas à capital, com o intento de abastecer a cidade. Parte dos alimentos básicos consumidos até então nos centros urbanos provinham de pequenos povoados e núcleos esparsos, citados anteriormente, que eram constituídos na sua maioria de caboclos, indivíduos que descendiam etnicamente dos grupos tribais da região.

#### *– Primeiras tentativas de colonização dirigida*

Foram implantadas três colônias agrícolas: Fernando Costa, Braz de Aguiar e Coronel Mota, sem que tenha havido regularização da propriedade da terra.

A colônia Fernando Costa, atual, Mucajaí, localizada à margem direita do rio Mucajaí, começou em fins de 1944. Nos anos seguintes novas levas de famílias foram introduzidas, mas devido à falta de assistência migraram para Boa Vista. Somente entre 1951/53, houve novo assentamento de 150 famílias, na maior parte maranhenses, tanto na colônia como também ao longo da atual BR-174 (BR-17, anteriormente). Receberam passagem, utensílios domésticos, ajuda de custo durante dez meses, um lote de 25 ha, algumas ferramentas, sementes selecionadas e remédios. Tratava-se realmente de uma colonização dirigida. A produção era beneficiada na própria colônia, sendo 10% do produto beneficiado destinado ao pagamento de combustível e ao desgaste do material. A colônia contava em 1955 com um posto médico e uma estação radiotelegráfica. Apesar de toda infra-estrutura montada para a colônia e ainda de estar localizada em uma área de solos férteis, inclusive com manchas de terra roxa estruturada, é curioso que muitas famílias tenham abandonado seus lotes para fundarem a colônia do Prata (hoje extinta) e, segundo fontes oficiais, o abandono deve-se à

degradação do solo. Este quadro agrava-se mais quando se tem em mente que na colônia Fernando Costa desenvolvia-se uma agricultura de subsistência, com comercialização do excedente, à base do sistema de pousio, e que os colonos não possuíam o título definitivo do lote que ocupavam desde 1944.

A colônia Braz de Aguiar, atualmente Cantá, está localizada a sudoeste de Boa Vista em uma área de 1.250 ha. Em 1957 tinha 58 famílias produzindo arroz e mandioca.

Quanto à colônia Coronel Mota, fundada em 1953, localizada a 93 km de Boa Vista, na serra do Taiano, sabe-se apenas que foi uma tentativa de colonização através de imigrantes estrangeiros, no caso japoneses. A partir de 1953, época em que 20 famílias foram “assentadas”, deu-se início ao cultivo não apenas de hortaliças como também de pimenta-do-reino. Sabendo-se que esta colônia estava localizada em uma área de sólo fértil (terra roxa) e que sendo a pimenta-do-reino uma cultura perene, o que normalmente contribuiria para a fixação do homem ao solo, é de se estranhar que em 1962, apenas uma família japonesa ainda se encontrasse na colônia.

As condições de acessibilidade às colônias eram extremamente precárias o que contribuiu em parte para o insucesso deste empreendimento, além da forte incidência de malária.

### **A OCUPAÇÃO RECENTE**

A ocupação da Amazônia no período anterior a 1960 pode ser caracterizada por levadas de migrantes, principalmente nordestinos, que vieram atraídos primeiramente pelo extrativismo vegetal, e a partir do declínio da borracha, pela extração mineral.

Este processo migratório ressurgiu na Amazônia com a abertura de estradas, cuja finalidade seria a de “integrar” esta região a outras áreas do País e aliviar as tensões sociais agrárias, sobretudo no Nordeste, absorvendo a população excedente através de uma “colonização dirigida”.

Com estes objetivos foi aberta a Belém–Brasília na década de 60 e na de 70, surgiram a Transamazônica, a Cuiabá–Santarém, Cuiabá–Porto Velho, Porto Velho–Manaus e Perimetral Norte, esta última juntamente com a Manaus–Caracará no Território de Roraima.

#### *– Expansão da malha viária e seu impacto*

Roraima manteve-se relativamente isolado até a abertura da estrada Manaus–Caracará (BR-174), inaugurada em 1977. A ocupação do Baixo Rio Branco até então havia sido feita ao longo dos rios e igarapés, únicas vias de acesso, situação esta encontrada em toda Amazônia até a abertura de rodovias e ferrovias. Com a construção parcial da Perimetral Norte (BR-210), a ocupação expandiu-se ainda mais para os *hinterlands* de Roraima.

A abertura dessas estradas resultou em um impacto muito grande sobre as populações indígenas, gerando conflitos e acelerando o processo de aculturação e

de dizimação desses povos. Vale ressaltar que grande parte do Território é constituída por áreas indígenas. Segundo Migliazza (1970) os grupos indígenas de Roraima classificam-se de acordo com as suas filiações lingüísticas em:

- a) *Yanomami*: Yanoman, Sanuma Ninam;
- b) *Carib*: Macuxi, Taurepan, Aricuna, Ingaricó, Maiongong, Waimiri;
- c) *Arawak*: Wapixana;
- d) *Isolados*: Kariana, Maku.

Em estudos mais recentes, Silva (1976) inclui o grupo Yauari na filiação Yanomami e o grupo Way-Way na filiação Carib, que teria migrado da República da Guiana para o Território brasileiro.

Com a abertura da BR-174, a área indígena Waimiri/Atroari foi cortada ao meio no sentido sul-norte em 129 km e, dado o relativo isolamento destes índios, ocorreram sérios conflitos. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI<sup>3</sup>, em 1968 essa população indígena foi estimada em 3.000 índios, chegando em 1982 com apenas 571 indivíduos. Em 1983 a população atingiu 350 indivíduos<sup>4</sup>. Já no Norte do Território, essa mesma estrada corta a antiga fazenda São Marcos, criada em fins do século XVIII e que veio a ser integrada posteriormente ao Patrimônio do Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado o Serviço de Proteção ao Índio – SPI, a quem coube a sua administração. Mais tarde, passou à administração da FUNAI e foi demarcada em 1976 com uma área de aproximadamente 790.000 ha. “(...) É a mais antiga reserva indígena do País, e dentro de seus limites encontram-se índios Macuxi, Wapixana, Taurepan e raros Ingarikó” (SILVA 1976). Segundo o mesmo autor permaneciam ainda, à época, 64 fazendas de gado no interior da reserva. Na fronteira com a Venezuela, norte da fazenda São Marcos, está instalado um pequeno povoado (BV-8) e algumas dependências do Batalhão de Fronteira (BEF). Tem-se notícia de conflitos entre índios e posseiros que se instalaram ao longo das margens da BR-174.

Quanto à Perimetral Norte (BR-210), que no Território de Roraima, tem direção leste-oeste, foi aberto um trecho que vai do rio Jatapu até o Km 500 da BR-174. A partir deste ponto as duas BRs se superpõem até o trecho iniciado a 11 km ao norte de Caracarái, onde a Perimetral volta a ressurgir e, apesar de já ter atingido o Estado do Amazonas, está interrompida após 50 km. Segundo Oliveira (1983) esta estrada atravessou a área Yanomami em 1974, gerando conflitos e trazendo epidemias de sarampo, faringite e gripe que resultaram na morte de dezenas de índios.

Em consequência da abertura de estradas e implantação de projetos de colonização, os debates sobre o Parque Indígena Yanomami têm sido muito polêmicos, devido à redução que o mesmo vem sofrendo.

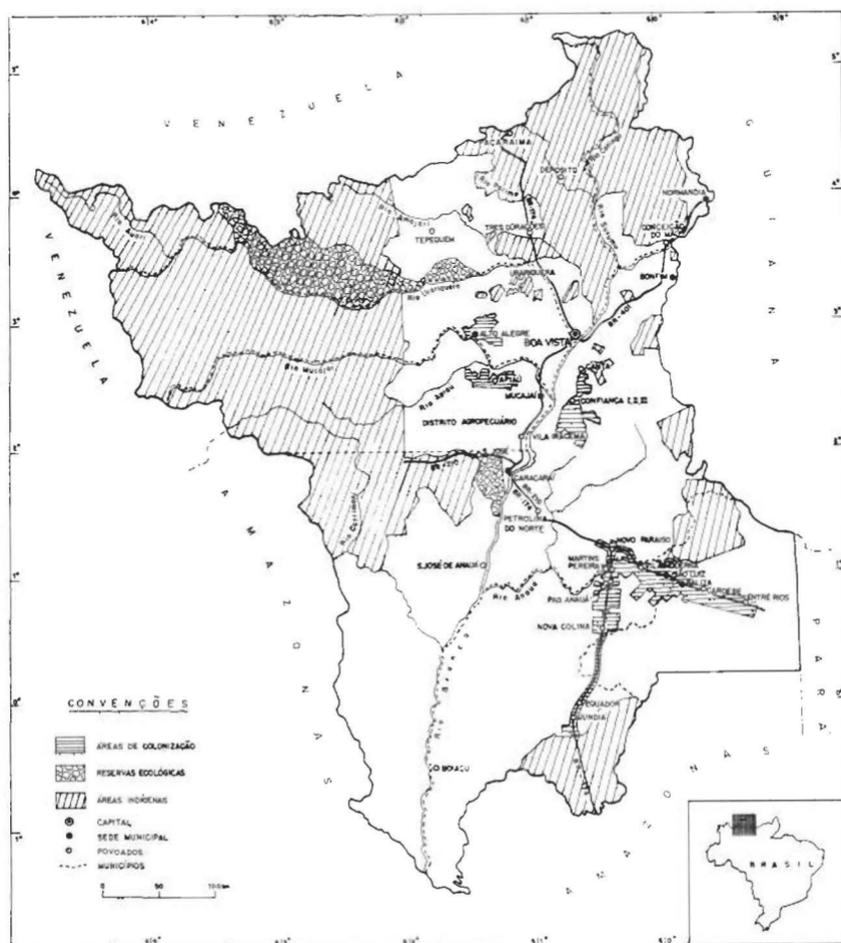
<sup>3</sup> In MAREWA – Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari (1983).

<sup>4</sup> BAINES, Stephen – Notícias sobre os Waimiri/Atroari. In Povos Indígenas do Brasil/83, p. 53 CEDI.

Foi aberta também a BR-701, ligando Boa Vista a Bonfim e a Normandia com 240 km de extensão, permitindo comunicação com a República Cooperativista da Guiana.

– Políticas recentes de colonização

Em 25.09.74 foi criado o programa de Pólos Agropecuários e Agromineiras da Amazônia – Polamazônia pelo Decreto nº 74.607, que relacionou quinze áreas que seriam objeto de Planos de Desenvolvimento Integrado. O Pólo Roraima foi uma dessas áreas selecionadas, abrangendo um total de 122.550 km<sup>2</sup>, ou 53,2% da superfície do Território, e os seus objetivos iniciais foram: a) apoio à implementação da BR-174; b) desenvolvimento da pecuária; c) pesquisa de recursos minerais; d) expansão do comércio com a República Cooperativista da Guiana.



No período de 1975/79, foram aplicados recursos do Polamazônia no setor agrícola, sobretudo na criação de colônias agrícolas, discriminação e regularização fundiária.

Mesmo antes da abertura das estradas, já verificava-se uma colonização “espontânea” para Roraima por via fluvial. Assim é que, em meados da década de 70, surgem as colônias de Alto Alegre na margem esquerda do rio Mucajai e Sorocaima, localizadas próximo ao BV-8 em área da fazenda São Marcos, da FUNAI. Alguns povoados também se estabeleceram nas áreas da Serra Grande, Malacacheta, Rio Azul, Quitauau e Canoani, além de em outras áreas como Murupu, Serra da Moça, Anzol e Passarão (IBGE 1981). Houve incentivo à produção, com a instalação de pequenas usinas de beneficiamento de arroz nas colônias, bem como crédito rural, fornecido pelo Banco do Brasil. Também surgiram pequenos núcleos de posseiros ao longo dos trechos já construídos nas BRs 174, 210 e 401.

O Governo de Roraima através da Secretária de Agricultura passou então a organizar os projetos de colonização. Surgiram os povoados que começaram a ser dotados de uma infra-estrutura urbana que serviu como pólo de atração aos migrantes e a base física dos órgãos governamentais para controle da circulação da força de trabalho, do excedente de produção e de eventuais conflitos.

Com a implantação do então Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, iniciou-se a discriminação de terras no Território. Muitas das glebas discriminadas sobrepueram-se a áreas dos projetos da Secretaria de Agricultura, onde já havia colonos assentados. Isso acarretou o surgimento de vários tipos de projetos de colonização oficial, segundo a terminologia adotada pelo INCRA:

a) *Distrito Agropecuário* – projeto destinado a pequenos e médios produtores capitalizados. Nesta categoria, foi criado em 1977 o Distrito Agropecuário de Roraima pelo INCRA, numa área de 600.000 ha, compreendendo as glebas Caracarai e A1, abrangendo terras do vale do Mucajai e das BRs 174 e 210, até o sul da cidade de Caracarai. A primeira possui unidades de 1.025 a 23.681 ha e a segunda foi entregue ao Governo do Território para efetuar a colonização (IBGE 1981).

Todavia a mesma sobrepõe-se ao território Yanomami em 800 ha (OLIVEIRA 1983). O Projeto de Colonização Apiaú (Município de Mucajai) surgiu com o propósito de fomentar o desenvolvimento regional, trazendo 2.000 famílias do centro-sul com experiência agropastoril. Esse deslocamento foi em parte feito por transporte aéreo, às custas do Governo do Território. Segundo dados recentes fornecidos pelo INCRA, nesta colônia encontram-se apenas 370 famílias cadastradas. Tal defasagem estaria ligada a condições edáfico-climáticas, além da incidência de malária.

b) *Projeto de Assentamento Jatapu* – localizado na gleba Branquinho entre os rios Jauaperi e Jatapu, à margem esquerda da Perimetral Norte. Este projeto engloba as colônias agrícolas de Entre Rios e parte da de Caroebe.

projetos de assentamento da Secretaria de Agricultura do Território. O INCRA iniciou o projeto em 1983. Neste não há implantação de infra-estrutura, a não ser vicinais, tendo sido aproveitado o equipamento urbano da colônia Caroebe. Os colonos recebem madeira, pregos, sementes e um auxílio em dinheiro durante seis meses. Atualmente existem 450 colonos cadastrados no INCRA.

c) *Projeto de Assentamento Dirigido* – a implantação do PAD-Anauá deu-se em 11.06.1979, através da Resolução 095/79, contudo, somente a partir de 1981 é que foram efetuados os primeiros assentamentos.

A área total do projeto é de 807.900 ha, com lotes medindo de 60 a 100 ha. O projeto tem um total de 3.200 parcelas, sendo que apenas 1447 estão medidas e demarcadas.

O Projeto abrange parte dos municípios de Caracarái e São Luiz do Anauá. O núcleo do Projeto – Vila Rorainópolis (conhecida como Vila do INCRA) – dista 85 km da sede do município de São Luiz do Anauá, 162 km da sede de Caracarái, bem como 320 km de Boa Vista, atingindo 124 km da BR-174 e 95 km da BR-210.

O projeto está dividido em glebas (20), cada uma tendo em média 70 lotes, com exceção da BR-174 que possui 380 lotes.

No período que estivemos no PAD-Anauá em 1986, com base no levantamento de 25% dos Cadastros de Identificação dos Candidatos e Parceiros, observamos que das 1690 famílias assentadas até março do referido ano, 400 já haviam abandonado o Projeto. Nossa amostragem constatou que 41,2% da população é do Maranhão e se juntarmos com os percentuais dos demais estados do nordeste, este se eleva para 63,1%.

Além dos benefícios aos colonos, foi implantada infra-estrutura necessária ao povoado. Este PAD englobou algumas colônias pré-existentis (Nova Colina, Martins Pereira e Novo Paraíso) e os colonos já assentados foram beneficiados pelo projeto.

d) *Projeto de Assentamento Rápido (PAR Barauana e Jauaperi)* – estes projetos são implantados em áreas onde já existem projetos de colonização para regularização fundiária. O INCRA dá continuidade ao assentamento se for o caso, mas não existe implantação de infra-estrutura, tampouco ajuda aos colonos. Engloba as glebas Barauana, onde estão localizadas as colônias Confiança I, II e III, e Jauaperi, margem esquerda da Perimetral Norte, onde se localizam as colônias de Caroebe (a partir da margem direita do rio Jauaperi), São João da Baliza, São Luiz e Vila Moderna. Na primeira encontram-se cadastrados 595 colonos e na segunda 1.149.

e) *Projeto Fundiário* – somente regularização fundiária em áreas devolutas invadidas por posseiros. O INCRA regulariza parcelas de até 3.000 ha. Este projeto engloba toda a margem direita da Perimetral Norte até o rio Itã, e os demais projetos de colonização recentes como Jundiá, Equador, Petrolina do Norte, Vila Nova, na BR-174, e São José, na Perimetral Norte. Nestas colônias o

assentamento continua a ser realizado pela Secretaria de Agricultura do Território.

– *O processo migratório*

Com a oferta de terras em Roraima, surge um fluxo migratório para a região que, apesar de ainda ser pouco expressivo no contexto nacional e até mesmo em relação a outras áreas da Amazônia em termos de migração líquida, representa uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado socialmente.

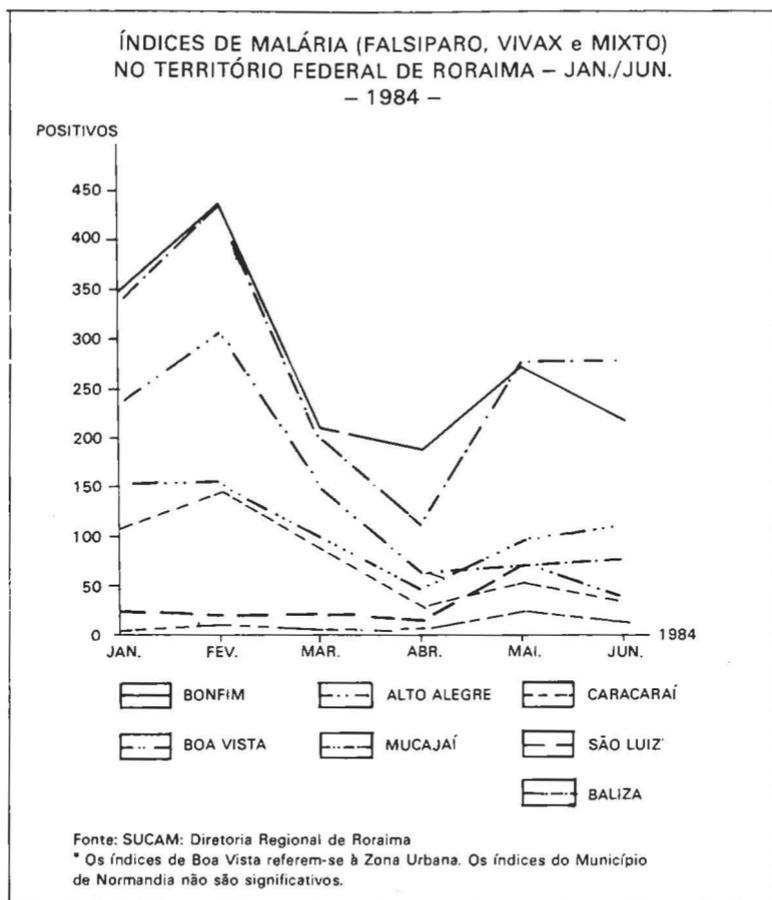
No gráfico a seguir pode-se observar uma amostra aleatória da última procedência e origem dos migrantes, triados no posto do Jundiá entre 1981 e 1984. Consideramos como amostra esses dados do posto, por sabermos que nem todos os migrantes são triados, seja por não se declararem como tal, seja por utilizarem outros meios que não o ônibus, tais como a carona em caminhões ou mesmo embarcações.

Os dados indicam que 53,6% dos migrantes procederam da região Norte, 26,7% da Nordeste, 9% da Centro-Oeste, 6,2% da Sul e 4,5% da Sudeste. Indicam ainda que as maiores procedências foram, respectivamente, de Rondônia, do Maranhão, do Amazonas e do Pará. Quanto à origem dos migrantes tem-se 44,3% para o Nordeste, 18,2% para o Sudeste, 17,6% para o Norte, 12,2% para o Sul e 7,7% para o Centro-Oeste.

Considerando-se que grande parte dos migrantes são camponeses de origem nordestina e que procedem de outros projetos de colonização na Amazônia, é possível observar que a demanda por terra nessas áreas deve ter sofrido um aumento substancial, seja pelo esgotamento das áreas disponíveis, seja pelo próprio processo de expansão do capitalismo na agricultura e a crescente valorização das terras.

Utilizando-se a mesma fonte, computou-se os dados referentes ao destinos dos migrantes, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Apesar de 41,9% da população migrante dirigir-se para a zona urbana e de 13,9% à área de garimpo, esta tabela não invalida o que foi dito anteriormente, de que a maior parte da população é camponesa. Isto porque o grande fluxo de migrantes que se dirigiu para a área urbana, sobretudo nos anos de 1981/82, foi atraído por políticas paternalistas locais, que além de doar um lote urbano na periferia da cidade fornecia também madeira para construção de residência, bem como rancho com alimentos básicos, garantindo assim o sustento da família. Paralelo a isto, o migrante também recebia um lote na área rural. Assim, formaram-se, neste período, quatro bairros (Liberdade, Buriti, Caimbé, Asa Branca), elevando-se consideravelmente a densidade demográfica urbana, sem que tenha sido criada infra-estrutura básica. Os dados indicam ainda que a maior parte da população migrante para a zona rural dirigiu-se para a gleba Jauaperi, notadamente as colônias de São Luís, Baliza e Caroebe na BR-210.



**DESTINO DOS MIGRANTES**

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	Total
<b>Destino</b>						
<i>Zona Urbana</i>						
Boa Vista	482	1.517	920	786	767	4.472
Caracarái	72	102	95	52	209	530
<i>Zona Rural</i>						
1. Garimpo						
Santa Rosa	1.543	100	9	–	5	1.657
2. Colonização						
São João do Baliza	53	814	159	67	108	1.201
São Luís	137	525	77	99	116	954
Vila Moderna	18	131	117	13	5	284
BR-174 Jundiá/Km 500	111	20	–	–	–	131
Vila Nova	–	48	31	–	10	89
Mucajái	14	97	87	38	47	283
Alto Alegre	34	177	52	10	7	280
S. M. Boiaçu	–	–	5	–	–	5
Bonfim	37	33	2	–	2	74
Jundiá	–	104	39	18	36	197
Novo Paraíso	–	211	25	16	17	269
Equador	–	50	17	15	15	97
Confiança	–	15	8	11	7	41
Novo Caroebe	–	133	251	197	160	741
Martins Pereira	–	18	13	23	6	60
Entre Rios	–	10	14	88	76	188
Nova Colina	–	7	4	38	20	69
Cantá	–	6	14	–	–	20
Petrolina do Norte	–	1	11	7	5	24
INCRA (Km 468)	–	–	20	76	85	181
São José	–	–	6	–	–	6
Arara Vermelha	–	–	–	9	2	11
Apiau	–	–	–	20	3	23
Anauá	–	–	–	2	–	2
Tepequém	–	–	–	4	2	6
Paracaima (BV-8)	–	–	–	–	13	13
Murupu	–	–	–	–	5	5
Normandia	–	–	–	–	5	5
Amajari	–	–	–	–	2	2
Vista Alegre	–	–	–	–	1	1
<b>Total</b>	<b>2.501</b>	<b>4.119</b>	<b>1.976</b>	<b>1.589</b>	<b>1.736</b>	<b>11.921</b>

Fonte: Centro de Recepção e Triagem de Migrantes – Posto Vila do Jundiá – BR-174.

– O Povoamento da Perimetral Norte: a Gleba Jauaperi

A gleba Jauaperi, localizada numa faixa de floresta tropical densa, compreende uma área de 312.419 ha, englobando parte das colônias de Vila Moderna, São Luís, São João do Baliza e Caroebe à margem esquerda da Perimetral Norte. Tais povoados surgiram de uma “colonização espontânea” no final da década de 70, quando da abertura das estradas.

O assentamento dos colonos foi realizado inicialmente pela Secretaria de Agricultura do Governo de Roraima, que organizou a colonização tanto à margem esquerda como à direita da Perimetral Norte, sendo que cada povoado possuía um projeto de assentamento próprio. Os colonos recebiam uma Autorização de Ocupação (A.O.).

Em 01.07.82, pelo Decreto nº 7.009, foram criados mais seis municípios no Território além dos já existentes, Boa Vista e Caracarái, que sofreram uma redução de área. Foram então discriminados no trecho da BR-210 os municípios de São João do Baliza, no qual Novo Caroebe e Entre Rios são distritos e de São Luís, englobando Vila Moderna.

Tal divisão não se deve ao povoamento por si só, pois este não seria suficiente para justificar tal empreendimento. Razões políticas podem ter maior fundamento nesta explicação, sobretudo devido às pressões locais no sentido de transformar o Território em Estado.

Nesta gleba foram cadastrados pelo INCRA, até novembro de 1984, 1.149 candidatos a parceiros. Deste total foram trabalhados 268 cadastros<sup>5</sup> em um total de 23% do universo.

Constatou-se que 46,5% dos migrantes procederam de Rondônia, a maior parte dos projetos de colonização Ji-Paraná, Jaru, Ouro Preto e Ariquemes, respectivamente; 33,4% procederam do Maranhão, sendo mais significativos os fluxos das localidades de Barra do Corda, Poção de Pedra, Porto Franco, Açailândia e Imperatriz; o percentual restante, por ordem de maior incidência, veio de Goiás, Pará, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Bahia, São Paulo e, finalmente, Paraguai. Foi observado que a média das pessoas por família é de 4,2.

A composição da população migrante está demonstrada na pirâmide a seguir. A distribuição da população indica que a proporção de homens e mulheres é equilibrada. Isto sugere inicialmente que a migração é em família, ao contrário de algumas proposições de que a migração seja realizada individualmente. Contudo, dados de campo que indicam que na primeira etapa migratória o deslocamento é frequentemente realizado pelo cabeça do casal ou por outros membros masculinos da família, com a finalidade de reconhecer as condições locais para manutenção e reprodução do grupo doméstico.

---

<sup>5</sup> Fonte – INCRA – Identificação de Candidatos e Parceiros – Gleba Jauaperi nºs 241 a 508. (Havia um cadastro com numeração repetida, realizado em 1982).

Os dados indicam ainda que se trata de uma população jovem, a maior parte economicamente ativa.

Os dados relativos ao estado civil por faixa etária demonstraram que 64% dos maiores de quinze anos são casados ou possuem algum tipo de relação consensual. Se acrescentarmos a estes os arrimos de família, pode-se concluir que a maioria da população economicamente ativa, excluída a faixa de dez a quatorze anos, compõe-se de grupos domésticos constituídos principalmente de famílias nucleares. Quanto ao nível educacional da população migrante tem-se que 20,4% não têm idade escolar; 27% acima de 6 anos é analfabeta; 39,3% sabem ler e escrever; restando 13,3% que apenas assinam seus nomes.

Observações realizadas nos períodos de campo durante os anos de 1983 a 1986 mostraram que o processo de povoamento ocorre antes mesmo do assentamento oficial. Esta colonização "espontânea" se efetiva pela penetração dos migrantes nas picadas, abertas por eles mesmos.

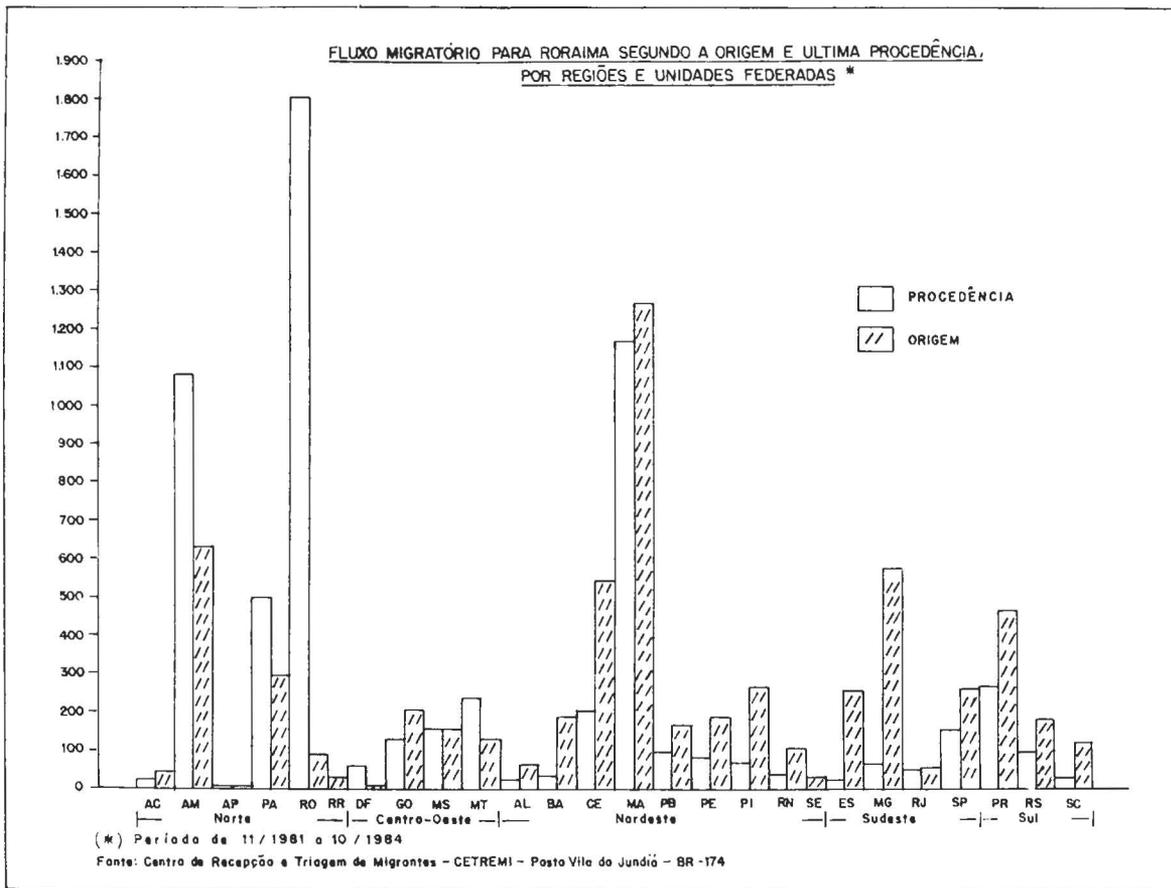
Essas levas migratórias constituem-se tanto de colonos descapitalizados, que são a maioria, e que só contam com a sua força de trabalho, como também daqueles com pequeno capital. Este quase sempre provém da venda do lote em outra área de colonização. Nestes casos a venda e a decisão de migrar normalmente estão relacionadas a débitos de crédito agrícola, à valorização do lote, ao crescimento do grupo doméstico ou mesmo a doenças. Em alguns casos, o capital só é suficiente para o deslocamento do grupo e para os primeiros trabalhos no lote, como o desmatamento, construção do barraco, aquisição de alguns instrumentos de trabalho<sup>6</sup>.

Ao chegar, o colono procura a autoridade local que possa orientá-lo para a aquisição de um lote. Normalmente é o administrador ou o prefeito. Alguns colonos se dirigem diretamente ao escritório local do INCRA. O colono espera em média um mês para iniciar o trabalho no seu lote, se chegar na época apropriada para o desmate (época de estiagem – outubro a março). Caso a chegada esteja em descompasso com as etapas do ciclo agrícola, procura um trabalho como diarista ou pode mesmo trabalhar em parceria com outro colono. A migração em grande parte dos casos é apoiada por parentes ou amigos que vieram anteriormente, e normalmente a escolha do projeto de colonização está apoiada neste fator, o que tem levado à concentração de colonos com a mesma procedência nos projetos de colonização. Caroebe é um exemplo típico onde a maioria dos migrantes procederam de Rondônia.

A escolha do lote, que varia de 60 a 100 ha, é feita pelo próprio colono e o fator principal de decisão é a água. O solo tem pouca influência na escolha da área a não ser quando é visivelmente arenoso.

A agricultura praticada no primeiro ano, no caso dos descapitalizados, é a de subsistência onde predomina o arroz, a mandioca, o feijão e o milho. A área

<sup>6</sup> Esta operação é na maioria das vezes efetuada apenas com um machado, pois poucos são os colonos que dispõem de motosserra.



desmatada em média é de um a dois hectares nesta fase. Inicialmente as sementes eram fornecidas pelo Governo do Território. Atualmente, existe uma pequena distribuição de sementes para hortaliças bem como algumas mudas de culturas perenes. A agricultura é itinerante, os terrenos são cultivados em média por dois anos. Nem sempre são deixados em pousio pois os colonos vêm formando pastagens em locais que já foram cultivados. Contudo, a grande maioria dos camponeses não possui gado. Alguns trabalham de meia ou até mesmo alugam o pasto para fazendeiros da região de campos do Território, que já começam a interessar-se pela área.

A diferenciação social destes camponeses, como vimos, ocorre, inicialmente na fase anterior à última migração. Todos têm acesso à terra mas só aqueles que dispõem de algum capital podem iniciar uma atividade terciária como o pequeno comércio, oficinas mecânicas, hotelaria, etc. Existem também serrarias e estabelecimentos de beneficiamento de arroz. Este pequeno capital tem permitido, por um lado, um incipiente investimento na pecuária, e por outro lado, uma agricultura voltada mais para o mercado, sobretudo na produção de arroz, com aquisição de alguns implementos que facilitam o manejo da floresta e do solo. A posição do lote, com solos mais ou menos férteis, é que permite maior ou menor renda da terra, com a utilização do mesmo capital e da mesma força de trabalho. Entretanto, não permite uma diferenciação entre os descapitalizados pois que o excedente comercializável é muito pequeno e a renda é para suprir outras necessidades do grupo. A localização do lote, com ou sem vicinal, vem sendo outro fator fundamental na diferenciação destes camponeses devido ao escoamento da produção.

Grande parte dos colonos que residem nos povoados ou são recém-chegados ou seus lotes não são atingidos por vicinal. Além do lote rural o colono pode receber uma data (lote urbano) que é doado pela administração local. Tem-se verificado uma valorização destas datas dadas suas benfeitorias e localização mais central decorrente da expansão dos núcleos urbanos. Como é dado ao colono o prazo para realizar uma benfeitoria na mesma, o que tem-se verificado com freqüência, é a simples edificação de uma estrutura armada em madeira com a finalidade de "guardar" a data. Vale ressaltar que nada impede que o colono tenha mais de uma data, o que tem acarretado uma relativa concentração de propriedade dos lotes "urbanos". Outra forma de propriedade são as chácaras na qual o colono só tem direito de uso e que foram destinadas inicialmente àqueles mais idosos, sem idade para solicitar lotes.

Um dos traços característicos destes povoamentos tem sido a mobilidade, tendo em vista que vem ocorrendo especulação com a terra e um movimento sazonal em busca de trabalho acessório. A fixação do homem é reflexo das difíceis condições de reprodução de seu grupo, havendo assim especulação com a terra e busca de um trabalho complementar em outras áreas, como por exemplo em garimpos.

As áreas de fronteira constituem-se em espaços não plenamente estruturados (BECKER 1985) e, assim, dificuldades encontradas no próprio modelo de povoamento, com a escassez das vias de escoamento, e as condições políticas, como a falta de crédito agrícola acessível, contribuem para as baixas taxas de retenção da população nos projetos de colonização.

A caça, a pesca, o extrativismo vegetal e a coleta de produtos na floresta têm ajudado em parte a manutenção desses camponeses. Neste último caso, a coleta de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) é fundamental, pois além de ser consumida domesticamente é comercializada para Manaus. A coleta deste produto é feita sem que os limites dos lotes sejam levados em consideração. Sendo o sistema de queimadas o adotado na agricultura local, a espécie tem sido bastante atingida, reduzindo-se cada vez mais este recurso natural.

A alteração da cobertura vegetal natural de floresta tropical densa, segundo imagens LANDSAT (1980, 81 e 82), no município de São João do Baliza e de São Luis é da ordem de 20.856,25 ha, em uma área de 53.304 km<sup>2</sup>, ou seja, 0,39% (IBDF 1983). Como pode ser detectada, a alteração foi pequena em termos absolutos. Contudo se levarmos em consideração apenas a área dos projetos de colonização, ver-se-á que as alterações têm aumentado substancialmente a cada ano.

#### *- Mobilidade e Saúde*

Sabendo-se que a malária é uma doença cuja ocorrência na Amazônia é bastante significativa, sobretudo nas áreas de colonização, e dado que o migrante em estado malárico é um vetor potencial de disseminação da doença, faz-se necessário observar como tem se comportado esta doença no Território de Roraima em função desta frente de expansão.

Os dados de que dispomos referem-se ao período de janeiro a julho de 1984 onde se apresentam dados sobre lâminas positivas e tipo de malária (falsíparo, vívax ou misto).

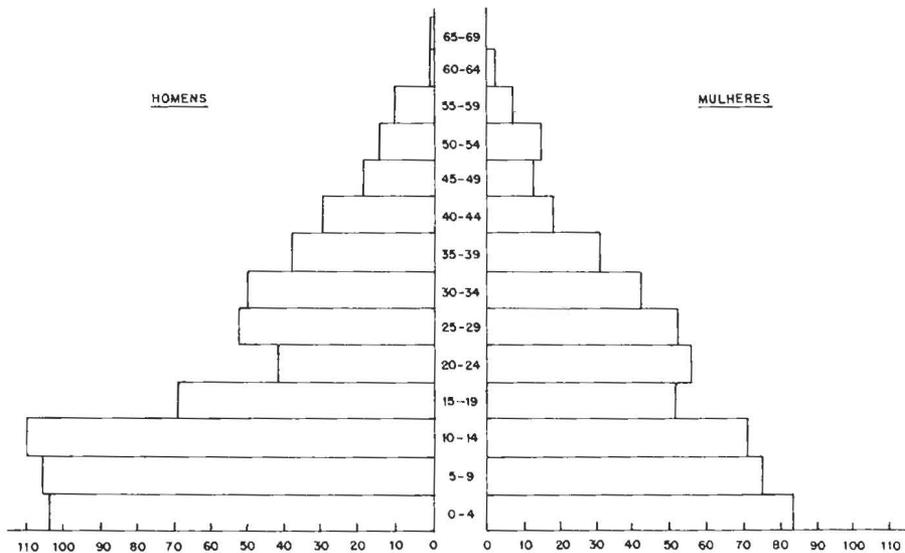
Como pode ser observado no quadro a seguir, a malária já vinha se registrando em praticamente todas as áreas de colonização do Território, atingindo na capital um índice considerável. Isto se deve à mobilidade e permanência tanto de colonos nos bairros periféricos da cidade, como de garimpeiros, que, após longa permanência nos garimpos, retornam a Boa Vista.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta frente de expansão da sociedade nacional é compreendida como fronteira em movimento (VELHO 1979) incorporando uma área até então relativamente isolada em termos de acessibilidade.

A abertura das estradas, no âmbito das políticas de integração nacional, veio de um lado incorporar uma fronteira de recursos e, por outro, oferecer terras devolutas que têm aliviado as pressões em outras áreas de colonização onde a terra é escassa e já sofre um processo de valorização decorrente da expansão do capitalismo no campo. Tal manipulação do espaço decorre, portanto, de políti-

PIRÂMIDE DA POPULAÇÃO DO PROJETO FUNDIÁRIO RORAIMA - GLEBA JAUAPERI \*



(#) Amostra de 23%

Fonte: INCRA - Identificação e Classificação de Candidatos a Parcelários, n. 241 a 508, 1982.

cas do Estado no sentido de adequá-lo aos interesses dos grupos hegemônicos (MACHADO, 1982).

A frente de expansão não é caracterizada unicamente por camponeses descapitalizados, havendo também os que detêm um capital decorrente da valorização do espaço referido anteriormente.

A migração é realizada por grupos domésticos havendo uma tendência à concentração no destino dos migrantes de mesma procedência.

A diferenciação social do campesinato, além de ocorrer antes da migração para a nova fronteira, ocorre também nela própria em função da acessibilidade ao lote, do tipo de solo ou mesmo de atividades ligadas ao comércio e aos serviços.

A urbanização dos povoados é um fator de controle da circulação da força de trabalho e da produção visto que é na organização desses espaços que o colono encontra infra-estrutura capaz de lhe dar o apoio (saúde e educação, principalmente) indispensável à sua permanência.

Os núcleos urbanos são, ainda, a base física do aparelho de Estado, que controla também o poder a nível local, através da representação das diversas agências estatais.

A mobilidade é crescente, dadas as baixas condições de manutenção e reprodução do grupo doméstico e da conseqüente busca de um trabalho acessório. A especulação com a terra leva também à mobilidade.

Com a mobilidade, as doenças transmissíveis, sobretudo a malária, são disseminadas por toda a região, elevando-se os índices de mortalidade e dificultando o seu controle.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALMEIDA, A.W. & MOURÃO, L. 1976. *O Processo de ocupação recente de Roraima*. Notas a um projeto de pesquisa. 28p. (Mimeogr.)
- BAINES, S. 1983. Notícia sobre os Waimuri-Atroari. In: Povos Indígenas do Brasil Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI. p. 53.
- BECKER, B. K. 1984. *A via brasileira de desenvolvimento no campo e a diferenciação social do campesinato*. Departamento de Geografia UFRJ. (Mimeogr.)
- \_\_\_\_\_. 1984. A Fronteira em fins do século XX: proposição para um debate sobre a Amazônia. In: Congresso Brasileiro de Geografia, 4, AGB.
- CAVALCANTE, A. 1945. *Recuperação e desenvolvimento do Rio Branco*. Rio de Janeiro, IBGE. (publicação, 13)

- IBDF. 1983. *Relatório Técnico do Programa de Monitoramento da Cobertura Florestal do Brasil*. Brasília, 79p.
- IBGE. 1981. *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro. 44p. (Censo Demográfico – 1920/1950).
- MACHADO, L. O. 1982. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. *Bol. Carioca Geogr.*, Rio de Janeiro, 32: 2-10.
- MAREWA. 1983. *Movimento de apoio à resistência Waimiri/Atroari*. Itacoatiara. 32p.
- OLIVEIRA, A. 1983. Ocupação humana. In: *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo, Brasiliense, pp. 144-326.
- ORIQUE, J. 1906. *O Vale do Rio Branco*. Manaus, 208 p.
- SILVA, O. S. 1980. Os grupos tribais do território de Roraima. *Rev. Antropol.*, São Paulo, 23: 69-89.
- VELHO, O. G. 1979. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, DIPEL, 259p.